
PROGRAMA CESTAS VERDES: ANÁLISE SOCIOTÉCNICA DE UMA POLÍTICA QUE CONECTA PRODUÇÃO E CONSUMO NA CIDADE DE LIMEIRA, SP

GREEN BASKETS PROGRAM: SOCIOTECHNICAL ANALYSIS OF A POLICY THAT CONNECTS PRODUCTION AND CONSUMPTION IN THE CITY OF LIMEIRA, SP

PROGRAMA CESTAS VERDES: ANÁLISIS SOCIOTÉCNICO DE UNA POLÍTICA QUE CONECTA PRODUCCIÓN Y CONSUMO EN LA CIUDAD DE LIMEIRA, SP

Bárbara Lellis de Sá Frizo¹

Mariana Fagundes Grilo²

Roberto Donato da Silva Júnior³

Julicristie Machado de Oliveira⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender o processo de implementação do programa *Cestas Verdes*, vertente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Limeira, SP, entre abril de 2015 e novembro de 2016. O *Cestas Verdes* foi desenvolvido pelas gestoras e técnicas municipais para beneficiar famílias vulneráveis, promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o acesso a alimentos saudáveis. Foram analisados três eixos: a produção dos alimentos, com a cooperativa de agricultores do acampamento *Elizabeth Teixeira*; a gestão municipal, com envolvimento de gestoras e técnicas do órgão de Assistência Social; e a distribuição das cestas às famílias beneficiárias. Por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas e grupos focais, foi possível compreender a rede sociotécnica articulada, tendo o alimento como fio condutor. Em relação à produção, observou-se o potencial de gerar renda aos agricultores, além de promover a SAN, pois, ao produzir alimentos para o programa, os agricultores se sentiram estimulados a garantir, também, o autoconsumo. Quanto à gestão, o programa representou um novo modo de realizar a assistência social, com os desafios frente à SAN, ainda

¹ Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pela Unicamp e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Faculdade de Ciências Aplicadas/ Limeira – SP, Brasil.

² Nutricionista pela Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, mestranda em Saúde Coletiva na área de Epidemiologia pela Faculdade de Ciências Médicas/UNICAMP, Campinas – SP, Brasil.

³ Doutor em Ambiente e Sociedade e atualmente professor doutor na Unicamp, Faculdade de Ciências Aplicadas/ Unicamp, Limeira – SP, Brasil.

⁴ Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e atualmente professora doutora na Unicamp, Faculdade de Ciências Aplicadas/ Unicamp, Limeira – SP, Brasil.

desconhecida ou pouco trabalhada. Por fim, para as famílias beneficiárias, as *Cestas Verdes* representaram o acesso a alimentos saudáveis, especialmente prejudicado pela renda limitada. Um dos grupos relatou contribuição de nutricionistas no aprendizado de receitas e cuidados com a saúde. Em conclusão, o programa *Cestas Verdes*, vertente do PAA, mesmo com os desafios da gestão, foi uma política efetiva ao gerar renda aos agricultores e promover a SAN a eles e aos demais beneficiários.

Palavras-chave: política pública; segurança alimentar e nutricional; ciências sociais; saúde coletiva.

Abstract

The aim of this research was to understand the implementing process of the *Green Basket* program, part of the Food Acquisition Program (FAP) in Limeira, SP, between April 2015 and November 2016. The program was developed by municipal managers and technicians to benefit vulnerable families, promote Food and Nutrition Security (FNS) and guarantee access to healthy food. Three arms were analyzed: food production, with the farmers' cooperative of the *Elizabeth Teixeira* encampment; municipal management, with the involvement of managers and technicians from the Social Assistance sector; and the *Green Baskets* distribution to the beneficiary families. Through participant observation, semi-structured interviews and focus groups, it was possible to understand the articulated socio-technical network, with food as the guiding thread. Regarding production, the potential to generate income for farmers was observed, in addition to promoting FNS, since, when producing food for the program, farmers felt encouraged to also guarantee self-consumption. As for management, the program represented a new way of doing social assistance, with the challenges facing FNS, still unknown or little worked on. Finally, for the beneficiary families, the *Green Baskets* represented access to healthy food, especially hampered by limited income. One of the groups reported the contribution of dietitians in learning recipes and health care. In conclusion, the *Green Baskets* program, part of the FAP, despite the management challenges, was an effective policy to generate income for farmers and promote FNS to farmers and beneficiaries.

Keywords: public policy; food and nutrition security; social sciences; public health.

Resumen

El objetivo de este trabajo fue comprender el proceso de implementación del programa *Cestas Verdes*, parte del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en Limeira, SP, entre abril de 2015 y noviembre de 2016. *Cestas Verdes* fue desarrollado por gestores municipales y técnicas para beneficiar a familias vulnerables, promover la Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) y el acceso a alimentos saludables. Se analizaron tres ejes: producción de alimentos, con la cooperativa de agricultores del campamento *Elizabeth Teixeira*; gestión municipal, con la participación de directivos y técnicos del organismo de Asistencia Social; y la distribución de canastas a las familias beneficiarias. A través de la observación participante, entrevistas semiestructuradas y grupos focales, fue posible comprender la red sociotécnica articulada, con la alimentación como hilo conductor. En

cuanto a la producción, se observó el potencial de generar ingresos para los agricultores, además de promover SAN, ya que, al producir alimentos para el programa, los agricultores se sintieron animados a garantizar también el autoconsumo. En cuanto a la gestión, el programa representó una nueva forma de hacer la asistencia social, con los desafíos que enfrenta la SAN, aún desconocidos o poco trabajados. Finalmente, para las familias beneficiarias, las *Cestas Verdes* representaron el acceso a alimentos saludables, especialmente obstaculizado por ingresos limitados. Uno de los grupos informó sobre la contribución de los nutricionistas en el aprendizaje de recetas y atención médica. En conclusión, el programa *Cestas Verdes*, parte del PAA, a pesar de los desafíos de gestión, fue una política eficaz para generar ingresos para los agricultores y promover la RAS entre los agricultores y los beneficiarios.

Palabras clave: política pública; seguridad alimentaria y nutricional; Ciencias Sociales; salud pública.

INTRODUÇÃO

Durante certo período, quando a média de crescimento econômico mundial era superavitária e combinava-se à implementação de políticas públicas de caráter progressista em alguns países, foi possível observar a redução de estados de fome e desnutrição (FAO, 2014). Contudo, as prevalências desses e de outros indicadores de desigualdade, que foram colocados como marcos de vitória tempos atrás, tornaram-se novamente preocupantes frente a um cenário de grande instabilidade, tanto no Brasil quanto no mundo (FAO, 2017). Assim, em relação à alimentação, foi preciso voltar a questionar se o baluarte da discussão, que se deslocava cada vez mais do foco na quantidade para a qualidade, foi realmente superado (POULAIN, 2014). De fato, as instabilidades políticas, sociais e econômicas suscitam a necessidade de reflexão e ação para garantir a disponibilidade e o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, ou seja, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Assim, há uma intersecção de ambas as preocupações, em um cenário latente de incertezas difusas, na qual a sociedade ocidental vive (BECK, 2011). Especificamente sobre o Brasil, o debate intensificou-se com a participação da população rural que reivindicava ações e políticas públicas mais assertivas, ao compreender seu papel fundamental na produção de alimentos para o mercado interno (GRISA, SCHNEIDER, 2014). No bojo das conquistas populares, entre os programas federais criados no Brasil, pode ser citado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei N° 10.696, de 2003 (BRASIL, 2003). É importante citar, também, como marco das

construções das políticas, a Lei Orgânica de SAN, a LOSAN, lei Nº 11.346, de 2006, que conceitua SAN (BRASIL, 2006). Nesse texto jurídico, a conceituação se propõe a abarcar os vários agentes humanos e processos envolvidos no ato de alimentar-se, como produção, distribuição, biodiversidade de alimentos, condições higiênicas, o efeito na saúde e a regulamentação estatal, ao compreender de modo mais holístico a rede à qual o alimento produzido pertence, com respeito às particularidades locais.

Diversas políticas públicas de SAN foram desenvolvidas, aprimoradas, reorientadas ou ampliadas nas últimas décadas, em especial nos anos 2000 e parte dos 2010. O que foi possível observar na consulta à bibliografia acerca do tema é uma triangulação constante entre políticas públicas, movimentos sociais e desenvolvimento científico, o que culmina com a possibilidade de diagnóstico e análise dos impactos dos programas na SAN de populações vulneráveis. Nesse sentido, este trabalho, em específico, trata de uma experiência do PAA, desenvolvida entre abril de 2015 a novembro de 2016, no município de Limeira, SP, por meio da modalidade de Compras Diretas da Agricultura Familiar – CDAF, e com a mediação da autarquia municipal de Assistência Social, o Centro de Promoção Social Municipal (Ceprosom). O diferencial do referido projeto foi ter sido incorporado a ele um novo público-alvo ao longo da implementação, dado o contexto com o qual as técnicas municipais se depararam ao implementar a política. Inicialmente, pretendia-se atender apenas entidades socioassistenciais conveniadas com a rede municipal de assistência social. No entanto, tendo em vista que havia excedente de produção de alimentos pela cooperativa de agricultores familiares do acampamento rural *Elizabeth Teixeira*, foi desenvolvido o programa *Cestas Verdes* para atender populações vulneráveis em Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN). O projeto do PAA no município ocorreu no período relatado acima, porém esta pesquisa teve início em abril de 2016 e foi finalizada em agosto de 2017, com o trabalho de campo.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é analisar e compreender a mudança ocorrida no processo de implementação do programa *Cestas Verdes*, uma vertente do PAA, em Limeira, SP, em três eixos: produção dos alimentos; gestão municipal e distribuição das cestas às famílias beneficiárias. De forma específica, esta pesquisa busca responder: 1. Para os agricultores, quais são os alimentos que devem/podem ser destinados à venda? Como esses alimentos são produzidos? Há diferença entre os

alimentos *para vender* e os *para consumo próprio*? 2. Para as gestoras e executoras, como foi trabalhar com uma política de SAN? Como esses alimentos foram distribuídos? Quais foram os maiores desafios ao trabalharem com a alimentação das famílias? 3. Para os beneficiários, quais são os alimentos que fazem sentido como comida adequada e/ou saudável? A distribuição das cestas contribuiu para amenizar a pobreza e a IAN, e promover hábitos alimentares saudáveis? Como os alimentos são apropriados e incorporados ao cotidiano alimentar dos beneficiários? Quais modos de cozinhar e armazenar são empregados?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A elaboração dos procedimentos metodológicos se pautou em diferentes ferramentas de coleta de dados, adaptadas a cada eixo de análise da pesquisa, com base na proposta da rede sociotécnica, para captar seus porta-vozes. A rede sociotécnica se mostrou uma ferramenta útil, pois articula-se entre teoria e metodologia, desenvolvida principalmente por Bruno Latour (2012), também chamada de Teoria Ator-Rede (TAR). De inspiração etnográfica, a TAR propõe ao pesquisador o exercício de deslocar-se de suas certezas e desconfiar de informações apriorísticas em seus estudos (LATOURE, 2012a, 2012b). Assim, para cada eixo desta pesquisa, são apresentados os dados do diário de campo, elaborado a partir de observações participantes ocorridas principalmente entre outubro e dezembro de 2016, na etapa exploratória. Segundo Minayo (2014), a observação participante ampara-se em um amplo debate teórico e tem importância considerável para os estudos qualitativos, pois possibilita uma inserção na “realidade”. Para cada eixo, são apresentados também outros resultados coletados a partir das diferentes abordagens descritas a seguir.

Para o eixo da produção, foi realizada uma entrevista coletiva proposta pelos próprios agricultores, alguns deles reunindo-se com participantes pré-selecionados e com outros não previstos para uma única conversa. A entrevista coletiva, ocorrida em setembro de 2017, teve a participação de sete agricultores, quatro mulheres e três homens, que compareceram por meio da mediação do vice-presidente da cooperativa. Inicialmente, a coleta de dados nesse eixo seria feita a partir de entrevistas estruturadas individuais, para registro das opiniões e experiências dos agricultores, com o mínimo de interferência. No entanto, os próprios agricultores propuseram uma entrevista coletiva, com a justificativa de

que seria mais prático reunir todos de uma vez, considerando as agendas de trabalho de cada um, suas tarefas etc. Na entrevista, foram abordados temas captados nas observações participantes, como o ingresso no PAA, a relação com as instituições como INCRA, CONAB, a experiência com compras públicas, dificuldades gerais que encontram para produzir e escoar alimentos no acampamento, como fazem a escolha dos alimentos para vender e para consumo próprio.

Para o eixo da gestão, foram realizadas visitas em todos os quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do território de Limeira, SP, que faziam a distribuição das cestas, por meio da capilaridade característica de seu atendimento, além do Centro de Reabilitação Nutricional (CREN) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Foram marcantes as diferentes experiências em cada equipamento, mas foi preciso escolher apenas dois locais para aprofundar com qualidade a coleta de dados para esta pesquisa. Uma vez definidos os locais e as gestoras e técnicas que poderiam relatar a experiência, entrevistas semiestruturadas foram utilizadas para a coleta dos dados, tanto para as gestoras, que elaboraram a política e a colocaram em prática, quanto para as técnicas que estavam na operacionalização e materialização de todo o processo, desde a coleta, montagem e distribuição das *Cestas Verdes*. Para esse público, optou-se por entrevistas individuais com o intuito de deixá-las mais confortáveis para relatar todos os aspectos (positivos ou negativos) do trabalho e do projeto. Como a pesquisa teve início já com o programa *Cestas Verdes* em andamento e as entrevistas ocorreram após o término, as perguntas foram no sentido de resgate de todo o processo, como surgiu a ideia de implementar o PAA no município, como é a relação com o acampamento, como as famílias foram escolhidas, como as cestas eram montadas, o que pensavam sobre os alimentos, como foi trabalhar com essa política de SAN. A amostra foi definida exatamente para captar as vozes de funcionárias (todas as ouvidas eram mulheres) ao longo de toda a capilaridade institucional do Ceprosom. Assim, foram entrevistadas duas gestoras de maior influência na elaboração e implementação do programa e outra gestora com menor participação nos trâmites burocráticos, mas profundamente envolvida na gestão e operacionalização do *Cestas Verdes*. Ademais, foram entrevistadas duas técnicas, com formação em serviço social, envolvidas diretamente com as famílias beneficiárias de dois territórios distintos do município, com experiências

diferentes. Ao todo, foram cinco entrevistas, realizadas ao final do mês de abril de 2017, com durações variadas, entre 30 a 90 minutos.

Para o eixo da distribuição, foi realizado um grupo focal para cada território elencado. Optou-se por fazer apenas um encontro por território, pois os grupos focais foram realizados logo após a finalização do programa e notou-se que a coleta de dados sobre a experiência poderia gerar alguma expectativa com relação à volta do *Cestas Verdes*. Para esse eixo, optou-se pelo grupo focal, por ser um método que permite compreender as práticas cotidianas, os comportamentos e as atitudes, uma vez que propicia a interação entre indivíduos dos quais se quer obter as informações, possibilita diálogo e ameniza a hierarquia que possa existir entre pesquisador e pesquisado. Ao optar-se por essa ferramenta para a construção coletiva das opiniões a respeito da política pública da qual participaram, utilizou-se um método de coleta que pode ser considerado intermediário entre as entrevistas e a observação participante (TRAD, 2009), o que amplificou as formas de coleta de dados.

O primeiro grupo focal ocorreu no bairro Odécio Degan, em junho de 2017, contou com a participação de 11 mulheres e teve a duração de 42 minutos. O segundo grupo focal ocorreu no bairro Morro Branco, em julho de 2017, contou com a participação de sete mulheres e teve a duração de 32 minutos. Para esse eixo, realizou-se também a análise dos documentos que a gestão produziu durante o desenvolvimento do projeto, como os resultados da aplicação de um questionário de avaliação SAN. Não foi possível encontrar todos os registros e computar os dados para contrapô-los de maneira a entender um 'antes e depois' do programa, mas foi de grande utilidade para compreender suas fases iniciais e subsidiar os temas para discussão nos grupos focais.

Todos os instrumentos de campo utilizados, como os roteiros para entrevistas quanto para os grupos focais e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp e aprovados sob o número de processo 64438316.5.0000.5404. Os roteiros para as entrevistas estruturadas e para os grupos focais foram desenvolvidos com base nos diários de observação participante de 2016, ao acompanhar todo o caminho do alimento e observar quais eram os pontos que se destacavam e que suscitavam curiosidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir estão de acordo com a divisão de análise por eixos: produção, gestão e distribuição, permeados pela referida discussão.

PRODUÇÃO

O primeiro eixo é referente à produção dos alimentos pelos agricultores cooperados do acampamento rural *Elizabeth Teixeira*, situado também no município de Limeira, SP. Para a participação no PAA, alguns dos pré-requisitos burocráticos foram atendidos pelos cooperados, mas quase toda a infraestrutura para a concretização da política foi cedida pela prefeitura: o caminhão para escoamento e transporte até o banco de alimentos, vasilhames para o carregamento e balança para pesar a produção. As condições do acampamento, que ainda não conseguiu se estabelecer como um assentamento da reforma agrária, são bem precárias, pois não possuem itens básicos como energia elétrica, água encanada e rede de saneamento, as famílias que moram no acampamento adaptaram-se nesses quesitos. Enquanto durou, o PAA foi muito importante para todas as famílias participantes no acampamento, pois o recurso do Governo Federal era uma das principais fontes de renda. O documento que viabiliza a participação da cooperativa desse acampamento em diversas políticas de compras públicas, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é a DAP, Declaração de Aptidão ao Pronaf. No entanto, de acordo com o que relata o agricultor e vice-presidente da cooperativa entrevistado, a principal dificuldade da cooperativa é sua regularização junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma vez que impossibilita a participação da cooperativa em outras políticas públicas de compras institucionais, um canal de venda estável.

A partir dos registros de prestação de contas, das gestoras municipais e cedidos pelo Ceprosom, alguns números do programa são apresentados a seguir, especificamente sobre os últimos seis meses de vigência, de junho a novembro de 2016. Ao percorrer o caminho que o alimento traçou desde o acampamento, em sua produção, até a entrega das cestas às famílias beneficiárias finais, ao final do caminho do alimento, esse levantamento também se mostrou útil para nortear a conversa no grupo focal com as famílias, para tentar trazer os itens produzidos mais recentemente à conversa e, assim, rememorar o que ocorreu na implementação da política pública. Nos gráficos elaborados a partir das planilhas

de prestação de vendas (Figura 1, Figura 2 e Figura 3), estão representados em quilogramas, no eixo y, respectivamente, frutas, raízes, legumes, verduras e leguminosas, destaca-se, porém, que essas últimas não foram produzidas e distribuídas, apesar de constarem na lista base da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) como alimentos previamente acordados para esse tipo de projeto.

Figura 1 – Gráfico da produção de frutas, entre junho e novembro de 2016, pelos agricultores da cooperativa Maranata, Limeira, SP.

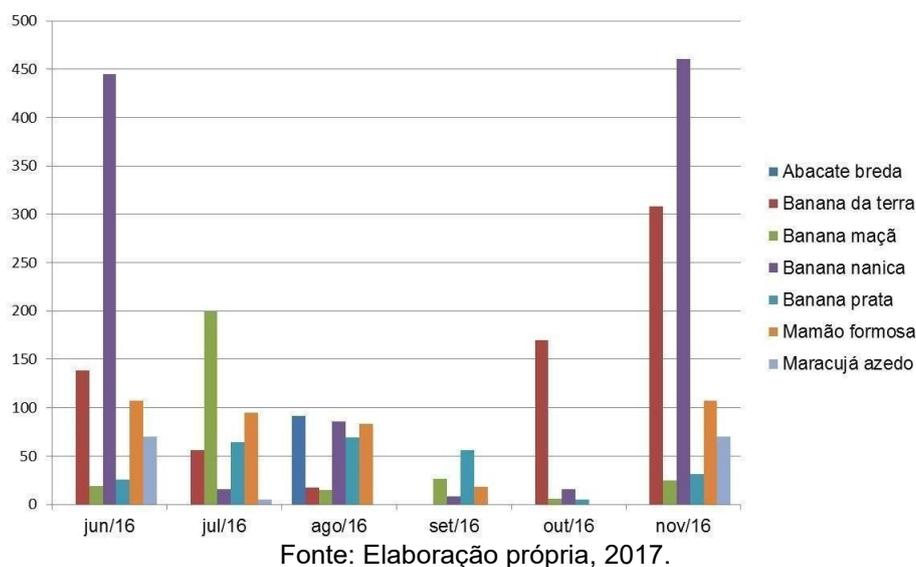


Figura 2 – Gráfico da produção de legumes e raízes, entre junho e novembro de 2016, pelos agricultores da cooperativa Maranata, Limeira, SP.

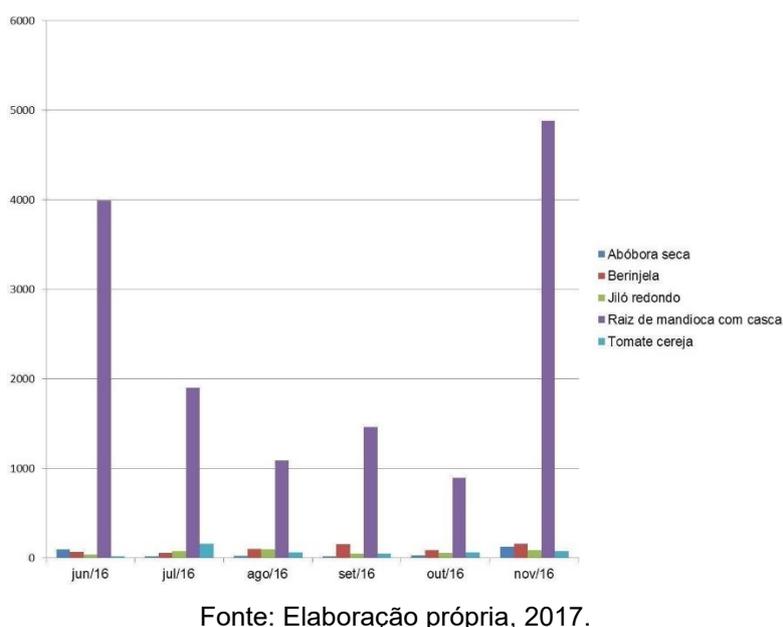
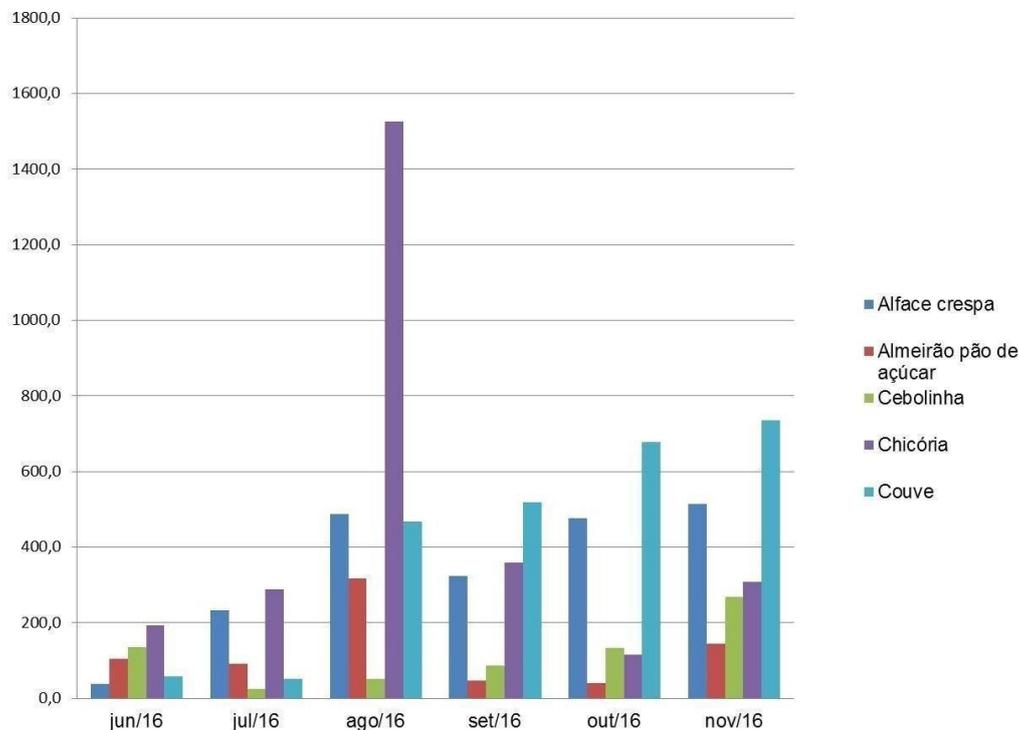


Figura 3 – Gráfico da produção de verduras, entre junho e novembro de 2016, pelos agricultores da cooperativa Maranata, Limeira, SP.



Fonte: O/a Autor/a (2017).

Como pode-se observar na Figura 1, entre junho e novembro de 2016, nos últimos meses de operação do PAA, quatro variedades de banana despontam nas vendas; as outras frutas têm menor expressividade quantitativa. Ao longo dos outros meses do projeto, no entanto, frutas como limão e abacate alcançaram patamares mais expressivos. Para produzir frutas, há necessidade de maior dedicação e tempo de trabalho e planejamento, pois são, em geral, plantas de ciclo longo e podem demorar anos para o início da produção. Além disso, ficam mais expostas às perdas por ação de animais e insetos, o que demanda um tratamento mais especializado quando se tem uma produção sem uso de agrotóxicos e de base agroecológica, como no acampamento observado.

O trabalho agrícola como um todo preconiza um cuidado diário e de muita atenção não só com a produção, mas também em relação ao pomar. São as experiências com os diferentes cultivos e com a terra, com acertos e erros dos agricultores e agricultoras, que nos mostram a importância da dedicação em certos períodos do ano. Ao se observar raízes e legumes que foram mais produzidos nos últimos meses (de junho a novembro,

ou seja, do inverno até o final da primavera), de acordo com a Figura 2, percebe-se que a mandioca era o alimento mais produzido ao longo de todo o programa.

Alguns agricultores não residem no acampamento, moram no centro de Limeira, SP, ou mesmo em outras cidades da região. Isso não deslegitima, contudo, sua identidade rural e o vínculo que estabeleceram com o quinhão de terra que lhes pertence no acampamento. Para viver, para ter renda suficiente para subsistir, então, ainda se fazem necessários outros tipos de trabalho, outros arranjos na vida que transbordam os limites daquela terra. Dadas às condições do acampamento, sem energia elétrica do abastecimento formal instalada e sem água encanada, é compreensível o esforço que fazem para produzir o que produzem, mesmo que as vendas ainda sejam insuficientes para que vivam apenas desse trabalho com a terra. No entanto, ficam prejudicados, de certa forma, a horta, o pomar e as *Cestas Verdes* por consequência. A presença marcante da mandioca está na hipótese de que é uma raiz de fácil manuseio e pouca manutenção, ao contrário das frutas, como já mencionado.

Em relação às verduras, tiveram destaque a chicória e a couve, com um pico considerável em agosto (Figura 3), quando foram produzidos mais de mil quilos de chicória. No inverno, especificamente para as verduras, o plantio é facilitado porque não há tantos insetos para danificar as folhas, e, caso não haja frio extremo, a produção sofre menos impacto e é possível ter um bom retorno.

Em relação aos agricultores, esse projeto apresentava um total de 53 cooperados participantes do programa, cujos nomes constavam na lista de prestação de contas: 36 deles (67%) apresentaram, ao final, um saldo maior que R\$ 4.000,00 (de uma cota de R\$ 8.000,00 para os dois anos/agricultor). Entre os 46% que não conseguiram alcançar sua cota, cinco produtores permaneceram com o saldo intocado, apenas 12 agricultores tinham ao final o saldo menor que R\$ 4.000,00, ou seja, conseguiram vender metade ou menos do valor da cota para os dois anos de programa. Como apontado acima, a vida desses trabalhadores e trabalhadoras rurais não está concentrada apenas no acampamento. Por infortúnio, ainda não conseguem viver apenas do trabalho com a terra e o esforço para ganhar o sustento é diluído em outras atividades. Essa pode ser uma das hipóteses explicativas para o baixo alcance das cotas por parte dos cooperados.

Na entrevista coletiva, quando questionados sobre as dificuldades, os agricultores afirmaram não haver nenhuma, ainda que esse discurso começasse pela fala do vice-

presidente da associação, ao ser o primeiro a responder às perguntas colocadas para todos. Depois, em diversos momentos ao longo da conversa, outros participantes pontuavam problemas como o da água, tanto para consumo próprio, mesmo com o caminhão pipa que a prefeitura envia semanalmente, como para o plantio e a criação de animais no acampamento. Os animais bovinos vistos quando se anda pelo acampamento são tanto de leite quanto de corte, os porcos e galinhas são todos para consumo ou, como afirmou uma das participantes, “não é pra vender não, é pra gasto mesmo”.

A falta de acompanhamento ou de instrução da assistência técnica de extensão rural para o planejamento dos plantios também foi apontada como uma das dificuldades para o melhor desempenho das produções ao longo do projeto. Os agricultores chegaram a relatar o desperdício de frutas como manga e banana devido à grande produção e à dificuldade para vender ou escoar de alguma forma esses produtos, o que poderia ter sido diferente caso tivesse ocorrido um acompanhamento técnico na etapa de elaboração da política pública. De maneira mais abrangente, as políticas de assistência técnica e extensão rural sofreram desmontes por todo o Brasil sistematicamente. Isso significa que a situação do acampamento observado não é um caso isolado, inclusive vários pesquisadores apontam para as discontinuidades que a assistência tem sofrido em todos os estados brasileiros (KAWAKAMI, SOUZA, 2015).

Parte das estratégias para se viver ali depende de condições para o escoamento dos alimentos produzidos. Foi relatado que, desde a finalização do projeto, tudo foi interrompido. Um dos participantes descreveu do seguinte modo a questão do escoamento:

Aqui em Limeira, os comerciantes já vão tudo no CEASA (sigla para as centrais de abastecimentos locais) e já traz né. Porque lá no Mato Grosso, no norte, onde estão meus irmãos lá, os mercadinho tudo compra do cara da roça, vai lá fazer pedido, não, pode levar que nós compra. E lá não tem CEASA. E aqui não, você vai nesses mercadinho tudo aqui, que eu já fui desde o começo, e não, nós já traz tudo do CEASA. Então, eles faz um pouco caso da gente porque já traz do CEASA. Se tivesse um representante, ai sim, pra ir lá na cidade. Mas a gente mesmo, plantar, irrigar, cuidar, colher e levar, não dá.

A dedicação a outras atividades para gerar renda retirou os agricultores da lida com o que gostam. Ao serem questionados sobre suas histórias de vida e como chegaram ao *Elizabeth Teixeira*, as respostas sempre colocavam o trabalho com a terra como central, esses agricultores sempre buscaram seu quinhão para trabalhar e viver. A identificação com o meio rural mostrou-se muito presente em todos os participantes, sejam os cinco que vieram do Paraná, seja o casal que veio da Bahia. Acabaram em uma cidade da região

Metropolitana de Campinas, num estado que possui um histórico de violência contra os movimentos sociais, num embate entre projetos políticos conflitantes (TAUFIC, 2014).

O que foi possível perceber é que o término da produção para o PAA implicou diretamente no comprometimento da alimentação desses agricultores. Nos momentos de análise final, abarcamos em nossa compreensão de beneficiários os cooperados do acampamento *Elizabeth Teixeira*. No entanto, para além do termo utilizado no próprio manual operativo do programa⁵, como *beneficiários fornecedores*. Na etapa de elaboração do projeto para submeter à CONAB, foi elaborada e acordada uma lista de produtos que os cooperados poderiam produzir ao longo dos dois anos, com uma grande diversificação para a produção. Nem todos os itens foram de fato vendidos, mas com essa diversificação, por sua vez, foi relatado o benefício do plantio para o autoconsumo dos agricultores. Como bem explicou Taufic (2014), a região onde se encontra o acampamento passa por grandes pressões de intenção de expansão do polo industrial da cidade, por parte da prefeitura e de empresas privadas. Nesse cenário, é cada vez mais importante reconhecer a importância de uma política pública como o PAA para favorecer o pequeno agricultor no que Grisa, Schneider e Gazolla (2010, p.70) chamaram de “produção invisível”.

Após o final do projeto, no momento da entrevista coletiva, uma agricultora chegou a afirmar que atualmente “Nós compra mais do que nós planta. Por causa dessa DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), nós tava usufruindo dos produtos que nós tava plantando, mas acabou, parou”. Uma vez que não conseguem se regularizar e assim participar novamente das compras públicas, ou mesmo atingir um mercado consumidor tradicional, a alimentação desses agricultores parece ficar comprometida, implicando em um potencial problema de IAN. Outra agricultora relata um pouco de como foi sua vinda para o acampamento e suas estratégias de sobrevivência:

(...) E quando surgiu aqui, a gente veio pra cá. Nós tinha feito inscrição no INCRA antes, e quando surgiu isso aqui eles ligaram e a gente veio, mas não sabia que tinha que acampar e tudo. E foi passando, foi passando, a gente pensava que se a gente for embora a gente perde isso aqui, e aquele rolo na cabeça. E a gente quer porque a gente gosta e estamos aqui esperando. Com muita coisa plantada na roça. Semana passada mesmo a gente fez polvilho, uns oito quilos, farinha de puba. E pra gente não perder a mandioca a gente faz, na mão mesmo, dá pra fazer a tapioca. Aí quando vem o pessoal da cidade, eles compram alguma coisa, ou trazem um pacote de arroz, alguma coisa. Assim a gente vai sobrevivendo.

⁵ Disponível em <https://www.conab.gov.br/institucional/normativos/moc>. Acesso: 16/08/2020.

Em outro estudo feito sobre a população em assentamentos rurais do estado de São Paulo, foi possível observar a presença crescente de produtos processados e ultraprocessados (bolachas, iogurtes, doces e refrigerantes), uma tendência do alcance da globalização e da modernidade. Alguns alimentos, que requerem processamento industrial mínimo, como café e alguns derivados do leite, são produzidos em algumas localidades. A dependência encontrada na compra de gêneros alimentícios como óleo, açúcar e sal é unânime. Já a produção para autoconsumo, como alimentos *in natura* e derivados animais, é muito importante para a noção de fartura e consegue prover uma ideia de segurança aos agricultores, que não haverá falta de alimentos em situações de incertezas (SANTOS, FERRANTE, 2003). Ou seja, a insegurança relacionada à falta de alimentos é amenizada quando há condições de plantar para a subsistência, ainda mais nessa parcela da população que ainda é a maioria dos bolsões de pobreza no país (CAMARGO, BACCARIN, SILVA, 2013).

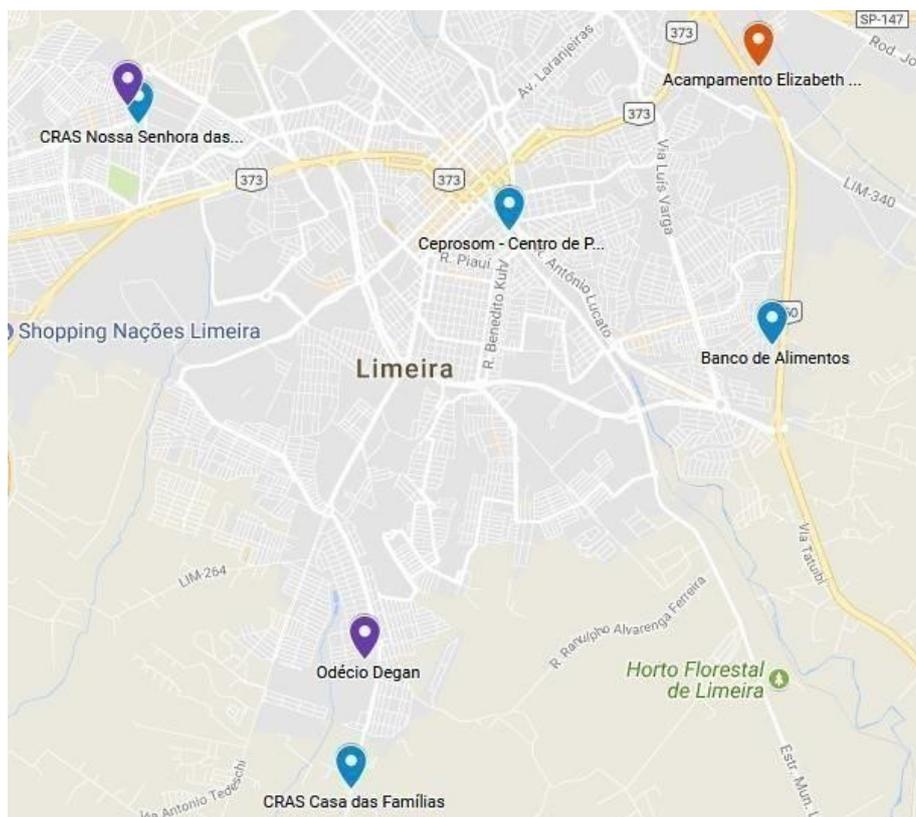
GESTÃO

O segundo eixo de análise trata da gestão realizada pelas gestoras e técnicas da prefeitura. Como mencionado, houve um desvio no objetivo principal do PAA, tendo em vista a produção do acampamento que superou a capacidade de escoamento estabelecida para as entidades socioassistenciais, provocando, assim, nas gestoras do Ceprosom, o desejo de uma realização do projeto que abarcasse todo esse alimento, fruto do trabalho dos agricultores e agricultoras. Primeiramente, foi realizado um breve mapeamento para diagnóstico de IAN em alguns equipamentos da Assistência Social por uma das gestoras, mais diretamente envolvida com o planejamento. Essa gestora propôs a incorporação dessas famílias mapeadas e a distribuição das Cestas Verdes. A mudança dos rumos do PAA em Limeira, SP, ocorreu porque, como afirma Marta Arretche (2001), ao longo da fase de implementação de uma política pública, quem faz a política de fato são os agentes e suas decisões. Acrescenta-se ainda a importância dos agentes humanos, como enfatiza a TAR, que, nas condições particulares e localizadas, engendram associações que vão redefinindo os objetivos da política.

A Figura 4 ilustra onde estão localizados os CRAS escolhidos para a pesquisa, o Ceprosom e o Banco de alimentos do município (marcadores azuis), integrantes do primeiro nível de interação entre o alimento e a instituição da prefeitura e seus agentes. Os centros

comunitários referenciados aos CRAS escolhidos (marcadores roxos) estão ainda dentro da mesma instituição, mas em outro nível de interação com o alimento e de proximidade com as famílias beneficiárias finais. E, por fim, está demonstrada também a localidade do acampamento *Elizabeth Teixeira* (marcador laranja), de onde saíam os alimentos, com contato direto na sua produção, fora de instituições da esfera pública e fortemente marcado pela história de movimentos sociais pela luta da terra. Cada ponto escolhido para estar no mapa da pesquisa tem sua importância como um nó da rede sociotécnica. Eles possuem ainda uma multiplicidade de conexões e relacionam-se com outros nós, e, como uma delimitação metodológica, esses *alfinetes* foram fincados e guiaram os principais pontos da rede. A própria atuação da Assistência Social se dá por meio de redes, mas, em consonância com Malvezzi e Nascimento (2020), buscou-se mergulhar nessa rede e seguir o fluxo dos diversos atores, em especial do alimento.

Figura 4 – Distribuição espacial dos equipamentos públicos municipais estudados e do acampamento rural *Elizabeth Teixeira*, Limeira, SP.



Fonte: Elaboração própria, a partir do *Google My Maps* (2017).

Uma das duas localidades escolhidas foi o CRAS Nossa Senhora das Dores, que teve o diferencial de contar com o trabalho de duas nutricionistas que realizaram ações de Educação Alimentar e Nutricional com os beneficiários das cestas. De acordo com relatos, tanto das gestoras envolvidas quanto das famílias, vários temas foram trabalhados: pirâmide alimentar, como preparar os alimentos recebidos nas *Cestas Verdes*, aproveitamento integral dos alimentos, receitas etc. Esses encontros aconteciam nos dias em que as cestas eram distribuídas, e a presença nas palestras era obrigatória. As profissionais envolvidas com as *Cestas Verdes* relataram as experiências dos beneficiários com novas experimentações de preparos, com alimentos que antes não consumiam (a berinjela, por exemplo).

A outra unidade foi o CRAS Casa das Famílias, cujo local de distribuição aos beneficiários é de incumbência do centro comunitário Odécio Degan. No início do programa do PAA em Limeira, um critério de seleção para as *Cestas Verdes* era quem já recebia cestas básicas, mas, ao final, as famílias beneficiárias eram selecionadas de acordo com a quantidade de crianças, idosos e pessoas com problemas de saúde que as compunham. Quando uma pessoa ficava sem buscar as cestas por até três vezes, as técnicas investigavam os motivos, para saber se poderiam repassar para outra família. O bairro foi classificado pela coordenadora do CRAS como uma das regiões mais vulneráveis de Limeira, SP. As famílias assistiram a uma palestra sobre Educação Alimentar e Nutricional no começo do projeto e uma palestra sobre a preparação de alimentos com uma nutricionista, em parceria com a área da Saúde. Com essa parceria, observa-se que a compreensão dos parâmetros de diagnóstico da área de Nutrição, por exemplo, é diferente dos utilizados na Assistência Social e, mais uma vez, as técnicas, em contato direto com as famílias, foram colocando em prática seus conhecimentos adquiridos, para melhor contribuir com a promoção de SAN daqueles que elas atendiam. Contudo, apenas uma pequena parte das famílias atendidas (de 8 a 12 famílias, não foi dado um número exato) compareceu. Além de terem sido atendidas em relação aos alimentos das cestas e de como prepará-los de forma considerada mais saudável, a assistente social que esteve mais próxima das famílias relatou que foram oferecidos cursos eventuais de culinária, a pedido dos próprios beneficiários, como cursos profissionalizantes sobre doces de festas, salgadinhos, etc.

A assistente social do centro comunitário Odécio Degan discorreu sobre como ela enxerga a rede de abastecimento formal e perene de alimentos, dos locais no bairro onde as pessoas podem comprar alimentos frescos, como os que faziam parte das cestas: uma senhora que tem uma horta e vende seus produtos para outros moradores, existem alguns varejões pelo bairro, mas, a partir de sua própria experiência em compras de alimentos, considera um pouco caro fazer refeições sempre *adequadas*:

Eu acho assim, nós temos vários varejões, nós temos três, dois varejões aqui no território, né. Então, eles espera e nós temos ofertas daqui do varejão, do Qualimais, que às vezes abaixa o preço de dia de terça-feira, mas é uma forma que tem da economia mesmo, deles não ter pra comprar toda semana, né? Mas eles costumam tá... pelo menos eu vejo, a sacola, né, mas nem de todos, tá? Às vezes, é o arroz, feijão, é a salsicha, ou então a linguiça, ou então o hábito. E a gente tem também uma senhora que planta e faz horta aqui embaixo. (CRAS Casa das Famílias, Gestora P, 2017).

Com o intuito de promover a SAN das famílias e de desenvolver certa autonomia em relação aos preparos dos alimentos, sobretudo de maneira considerada saudável, essas parcerias foram essenciais. Porém, é sempre necessário o cuidado para não reforçar o mito da ignorância nessas tentativas de mostrar o caminho da saúde, tão presentes nas primeiras políticas públicas voltadas ao combate à fome e à desnutrição no Brasil (PINHEIRO, CARVALHO, 2010).

O que foi possível observar é que o trabalho tanto das gestoras quanto das técnicas executoras com o tema de SAN é muito difícil e oferece desafios diários a essas profissionais, consideradas a ponta final da política pública. Quanto mais alto o cargo das funcionárias, mais clareza tinham para apontar dificuldades, desde o cenário nacional, até questões de aporte teórico. As assistentes sociais tinham a postura de *arregaçar as mangas* e chamar parceiros, cada dia superando os desafios que apareciam.

A gestora encarregada no Ceprosom apontou como dificuldade a questão financeira. Não estando diretamente envolvida nem com a coleta dos alimentos, nem com a distribuição, ela compreendia todo o jogo político e as diferentes instituições que articulam o PAA e, apesar do prefeito, do INCRA, do governo federal e da crise econômica, seria esse o desafio que ela poderia apontar. Para a gestora, tendo esse time alinhado para cumprir o projeto do PAA e do *Cestas Verdes*, o dinheiro para essa viabilização se coloca como o único empecilho. E é esse o mesmo cenário na tônica dos *cortes de gastos* que se mantêm nos últimos anos.

O intuito da pesquisa foi fazer uma avaliação da fase de implementação do PAA em Limeira, mas, ao se observar a temática das políticas públicas e do ciclo da política (*policy cycle*), percebe-se em que etapa está essa fase da qual se propôs essa análise: “são cinco momentos sucessivos, interligados e dinâmicos: 1. identificação de problemas; 2. conformação da agenda; 3. formulação; 4. Implementação; e 5. avaliação da política.” (SERAFIM, DIAS, 2012, p.128). Para os autores, ainda, as três primeiras fases seriam os momentos que configuram a racionalidade de uma política pública, mas, ao olhar para a forma como ocorreu o *Cestas Verdes*, sempre há essa racionalidade na rede, em todos os momentos, e o que configurou esse desvio, no qual esta pesquisa culminou, foi a racionalidade dos agentes envolvidos. Não é sempre que há conformidade e clareza do problema ao iniciar uma política pública. O que se percebe é que o escopo do PAA, enquanto uma política federal que atua de maneira local, vai permitindo brechas para articulações únicas entre os agentes em diferentes fases da política.

Dois vocábulos importantes para a TAR são os que se referem aos intermediários e aos mediadores, que parecem ser iguais, mas que têm suas definições estabelecidas na diferença entre aqueles que conseguem promover transformações a partir de suas associações (o segundo); e aqueles que possuem pouca força para isso, o primeiro citado (LATOIR, 2012a, p.65). Esses são conceitos que servem para a manutenção de um constante estado de alerta ao se estudar as instituições, para se olhar como se estabelecem as relações e as associações e se elas se comportam como mediadores ou intermediários. Em um exercício de olhar em escalas para as instituições governamentais aqui envolvidas, o PAA parece ser um mediador quando se pensa nas populações rurais, mas está atrelado a um Estado capitalista que, no caso do Brasil, a maioria esmagadora dos *privilegiados* em suas políticas está no *agrobusiness*, então, nesse contexto, seria possível de enxergar o PAA como um intermediário. A própria instituição da prefeitura é um braço dentro do federalismo brasileiro que perpetua o *status quo* do Estado, podendo, também, ser engendrada como intermediária, mas a gestora, que teve a ideia de formular a proposta de projeto para ter o PAA no município de Limeira, que já tinha conhecimento e trabalhava há alguns anos com a temática de SAN, foi quem possibilitou a existência das *Cestas Verdes*, foi ela que entendeu que o acampamento poderia participar e foi mensurando a capacidade de produção, rearranjando a política e provocando algumas transformações. No próximo eixo, vamos ver como foi importante o recebimento desses alimentos para as famílias.

DISTRIBUIÇÃO

Por fim, o último eixo de análise que se apresenta é o da distribuição dos alimentos aos beneficiários finais do PAA. Para se compreender melhor a situação da população nas duas localidades, fez-se a escolha de aplicar alguns dos questionários elaborados por uma das gestoras envolvida e entrevistada. Como anteriormente dito, a gestora já tinha conhecimento sobre SAN e, ao elaborar e aplicar os questionários, o intuito foi compreender duas instâncias: tanto a situação em que viviam as pessoas atendidas pela Assistência Social e, assim, ponderar se seria pertinente instituir o desvio de curva do projeto inicial e colocar em prática o projeto *Cestas Verdes*; quanto para realizar um protodiagnóstico de IAN no município.

No entanto, a aplicação municipal desses questionários não ocorreu de maneira uniforme em todos os locais de atendimento, a própria gestora não soube responder em quais lugares foram aplicados; as coordenadoras dos centros comunitários e as assistentes sociais dos CRAS também não souberam precisar a informação quando as visitas foram feitas. Dessa aplicação, os questionários que foram encontrados não tinham sido trabalhados e não havia sido gerado nenhum dado com essas informações, o que impossibilitou fazer uma avaliação de continuidade, sobre o *antes e depois* do PAA. Contudo, o não diagnóstico da SAN, nesse caso, por si só já caracteriza o quadro do município, seja pelas dificuldades encontradas em sua efetivação, seja na aproximação do Estado àqueles que mais precisam do diagnóstico.

Mesmo assim, com esse instrumento em mãos, ao longo de duas horas, alguns questionários foram aplicados, enquanto as cestas eram distribuídas, no penúltimo dia de entrega em que o projeto estava em vigência. A experiência serviu para dar o tom dos grupos focais. Marcadamente, o que mais ouvia-se eram frases como: “Nós gostava de tudo. Tem que ser sincera, comprar não dava pra comprar mesmo. E quando tinha ela (a cesta) ajudava, dava pra ficar sossegada na semana”. Nesse sentido, preocupar-se se o dinheiro ou a comida vai acabar já caracteriza um domicílio com IAN leve (MDS, 2014), configurando-se no indicador que mais se ouviu das pessoas. Caracterizada pelos domicílios em que crianças passam privações (Idem), a IAN grave não foi captada em nosso breve campo porque, à época, em período letivo e, pelo menos nos dias da semana, as crianças se alimentavam na escola, não ficando sem, pelo menos, uma refeição.

Ao passar pelas perguntas do questionário sobre qual a frequência com que comiam frutas, hortaliças e carnes, a resposta vinha com um sorriso de constrangimento, repetia-se “quase nunca”, “nunca”. Ao procurar entender a frequência com que comiam determinados grupos de alimentos, as maiores frequências de resposta estavam no arroz, feijão, pão, macarrão (que ouvimos também no grupo focal), mas também outros alimentos como sucos em pó industrializados, embutidos como salsichas e biscoitos recheados. Esses últimos não foram captados nos grupos focais realizados, mas, pelas frequências de respostas, também compõem a alimentação dessas famílias, tornando-se um bom complemento para entendermos melhor as famílias.

O primeiro grupo focal realizado foi no bairro Odécio Degan, que apresentava uma homogeneidade multifatorial, para além da renda mensal *per capita*. A mesma renda que não dava para comprar hortaliças, observadas como itens caros, é a mesma que não conseguia pagar as contas de água e luz exorbitantes, segundo relatos, e somava-se, então, mais uma preocupação. Uma das participantes estava fazendo trabalhos manuais no fabrico de semijoias durante o grupo focal, porque precisava entregar sua produção até o final do dia. Muitos afirmaram não ter o que comer em muitos dias, mas disseram que nunca faltou ajuda. A comunidade toda acaba se ajudando e criando uma rede de apoio. Ao responderam quais alimentos elas mais consumiam em casa no dia a dia, os alimentos que se repetiram em todas as respostas foram arroz, feijão (condizente com a Pesquisa de Orçamento Familiar, POF, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, entre 2008 e 2009) e macarrão (IBGE, 2011). Na medida em que se compreende a situação familiar desses beneficiários, das constantes preocupações e a alimentação ser mais uma delas, é notável que o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis está muito atrelado ao fato de conseguirem comprar alimentos para suas famílias. Ao se ouvir a seguinte frase: “Eu tenho um menino que não gostava de comer salada, não gostava de abobrinha, de chuchu, ele não conhecia muito as coisas. Se você faz as compras, sobra pouco pro varejão. Ele não comia verdura, mas agora ele aprendeu a comer”, é possível perceber como as *Cestas Verdes* contribuíram para suprir, em parte, essa lacuna na alimentação dessas famílias. A variedade de hortaliças que as pessoas conheciam aumentou, diversificando a composição das refeições e, assim, agregando valores saudáveis à sua alimentação sem grandes campanhas por melhores hábitos de alimentação.

As misturas (e aqui entende-se os acompanhamentos de proteína animal) não foram citadas porque afirmaram não ter. A carne apareceu como item *de luxo*, de vez em quando comem frango, linguiça ou simplesmente afirmam “não sei outros nomes de carne”. Ter a carne na alimentação de maneira mais frequente é um marcador simbólico de distinção muito forte historicamente (BOURDIEU, 2004). Assim, ao serem perguntados sobre como estava a situação em casa e o que gostariam de mudar, a expectativa era que a carne fosse o elemento mais mencionado, mesmo que não fosse o alvo da política em questão, mas que aparecesse mais nos anseios das famílias, no que elas gostariam que melhorassem em suas refeições, tendo em vista que esse costuma ser um item mais frequente no consumo alimentar das famílias com maior renda (IBGE, 2011), no entanto, não foi esse o anseio que relataram.

As frutas, apesar de terem sido produzidas no acampamento e entregues em algumas cestas ao longo do projeto, foram os itens mais desejados. Algumas famílias não chegaram a receber frutas em suas cestas, muito provavelmente porque não era época de produção ou a quantidade foi insuficiente (apesar do esforço das técnicas para uma distribuição igualitária).

Segundo a publicação sobre a avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil, referente à última POF do IBGE realizada (2020), a aquisição domiciliar de frutas aumentou entre os anos de 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018 em todos os quintis de renda, inclusive nos menos favorecido (IBGE, 2020). Porém, a discrepância de acesso a frutas entre o menor e maior quintil de renda é de 50%, o que evidencia a desigualdade. A contraposição entre o consumo nacional representativo de famílias com diferentes poderes aquisitivos com o desejo pelas frutas expresso pelos beneficiários do *Cestas Verdes* evidencia que as frutas podem ser consideradas não só marcadores de alimentação saudável, mas também de distinção social.

Sobre as preparações, a mandioca era o alimento que suscitava maior curiosidade por parte dos pesquisadores, afinal, como diversificavam as preparações com a frequência e a quantidade que recebiam o produto? Mas se ouviu um repertório vasto e sem reclamações: a mandioca era preparada cozida e comida com sal ou com açúcar (de maneira bem tradicional e quase não mais reconhecida), frita, na sopa, no bolo. A versatilidade do ingrediente foi ilimitada na mão dessas mulheres, “mandioca é uma delícia de qualquer jeito”. A chicória era preparada como salada ou abafada, refogada. A

abóbora também se mostrou presente, cozida nas saladas ou “abafadinha”. As participantes do grupo focal, alegremente, acabaram trocando rápidas receitas.

No segundo grupo focal, realizado no bairro Jardim Morro Branco, composto unicamente por mulheres com mais de 60 anos de idade, o público-alvo desse centro comunitário, ficou bastante evidenciada a parceria com as nutricionistas. Essas profissionais foram muito importantes para ensinar novas formas de manuseio, como lavar, descascar, reaproveitar e armazenar os alimentos, utilizando o congelador, por exemplo. Assim, as preparações que faziam também eram diversas: mandioca cozida, frita, sopa e purê. As participantes faziam a chicória crua na salada ou refogada, “mas antes eu fazia errado, jogava muita vitamina fora”, afirmou uma senhora. Não souberam dizer quantas palestras tiveram com as nutricionistas, mas afirmaram que foram muitas e que ganharam livros de receitas também. Não foram encontrados os registros das palestras para saber quantas foram ou os conteúdos ministrados.

O relato dessas senhoras sobre o cuidado minucioso com os alimentos – “às vezes tava quente, a verdura ficava o dia inteiro no calor, então chegava tudo murcha. Não adianta só colocar na bacia com água. Eu colocava, cortava bem no pezinho, onde já tinha cortado, e aí ela voltava tudo” – remonta a colocação da autora Éveline Bloch-Dano sobre respeitar a hortaliça e seu ciclo natural. Ela afirma ainda que as verduras e os legumes “não são tão vegetativos quanto se poderia pensar. Eles nascem, vivem e morrem. Modestamente, porém, sem que se note, constituem talvez o encontro mais fecundo entre natureza e cultura”. (BLOCH-DANO, 2011, p.41). É nesse elo que a comida enlaça que se pode ver também a possibilidade de simetria de que fala Latour (2012a), ver natureza e cultura em pé de igualdade e de forma associativa.

As senhoras ouvidas contam em seus relatos de seus próprios saberes, adquiridos ao longo da vida, mas prestigiam muito o aprendizado adquirido, “com 80 anos eu ainda estou aprendendo a cozinhar”, “eu não sabia que se eu como arroz eu não posso comer a mandioca junto”, “o arroz e a mandioca juntos dá um pote de açúcar, pra eu que sou diabética é um perigo”. No aprendizado sobre as combinações dos alimentos, está implícito também o conhecimento que adquiriram sobre o planejamento das refeições e sobre quais alimentos preparar.

As estratégias para o melhor aproveitamento de tudo que recebiam, seja no congelamento do cheiro-verde para durar mais tempo, seja no plantio das raízes que

guardavam, contribuíram muito na melhora de sua alimentação, e também nas estratégias de conservação: “se a gente lavava bem lavadinho e põe na geladeira, dura as duas semanas. Tem gente que não lava aí não dura”. Outros relatos ainda apontam para uma dependência de programas como o *Cestas Verdes*, para incrementar a alimentação: “a gente mora na cidade, não tem um pedaço de terra pra plantar, como é que faz? Passa apertado”, “na minha casa é mais arroz, feijão e batata, tem vez que não tem dinheiro nem pra comprar um pé de alface”. Tudo o que receberam foi muito bem-vindo e bem preparado, não relataram nenhuma dificuldade em saber cozinhar os alimentos, ainda mais ao considerar a boa avaliação que fizeram das ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas pelas nutricionistas. O que pediram que viesse mais nas cestas, enquanto sugestão e não reclamação, foi o mesmo pedido do outro grupo: frutas. “Uma judiação no mercado sobra tanto, estraga, e a gente aqui sem dinheiro pra comprar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imbricado emaranhado de pessoas, dentro ou fora de instituições públicas, de diferentes esferas, que dependiam ou não do alimento produzido com a ajuda do programa foi evidenciando, ao longo da pesquisa, que era em torno do alimento que se articulava essa rede. Assim, ao buscar-se os fios dessa trama, foi possível tecer a re-narrativa sobre essa experiência. A experiência de PAA, analisada neste estudo, conseguiu integrar de maneira produtiva uma parcela da população rural do município. Tanto a gestão quanto os beneficiários finais reconheceram nos alimentos escoados o esforço do trabalho e a qualidade do produto final. Os agricultores e as agricultoras, ao participarem do PAA, garantiram, em parte, o autossustento e a renda, encontraram prazer com aquilo que se identificam e fazem, mesmo em um cenário de grande desvantagem. As gestoras e técnicas ouvidas, não obstante os quase seis meses após o término do projeto, não só transpareceram nostalgia com esse encargo adicionado às suas rotinas, mesmo tendo sido um trabalho, por vezes, desgastante, porque carregavam peso; lidavam com questões inusitadas, como a preocupação com a alimentação adequada das pessoas com as quais trabalham; mas também demonstraram que projetos desse porte podem ser feitos. Por fim, para as famílias beneficiárias finais, a comida que lhes falta é a básica, indexada por todos em nossa cultura da mesma forma: arroz, feijão, hortaliças, frutas... E reconhecem, ainda, que seriam esses os alimentos adequados, os

quais deveriam consumir, pois a informação não lhes falta. No entanto, o mesmo cenário desigual, entremeado de outros agentes, acomete essas famílias: preços abusivos ao consumidor e uma rede de abastecimento, em muitos casos, deficitária. Assim, aliadas à obrigação do Estado de restituir vínculos e garantir direitos, as compras públicas estão entre uma das melhores ações de garantia de SAN.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre, CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC Cenpec, 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade do risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BLOCH-DANO, Évelyne. **A fabulosa história dos legumes**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2004.

BRASIL. **Lei 10.696**, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, 2006.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Fortalecimento na Agricultura Familiar e Promoção da Segurança Alimentar. **Temas da Administração Pública**. vol. 8, n. 2, 2013.

FAO. **O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Um retrato Multidimensional. Relatório, 2014.

FAO, FIDA, OMS, PMA e UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Fomentando la resiliencia en areas de la paz y la seguridad alimentaria. Roma, 2017.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "PRODUÇÃO INVISÍVEL" NA AGRICULTURA FAMILIAR: AUTOCONSUMO, SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **Agroalim**, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul. 2010. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542010000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16/08/2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Integração entre Sociedade e Estado no Brasil. Piracicaba: **RESR**. Fev; vol. 52, n.1 p. 125-146, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KAWAKAMI, Alex Yoshinori; SOUZA, Lizane Lucia de. Cooperação e agroecologia: uma introdução crítica sobre o modelo de Ater. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (Orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Edições, 2015.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Bauru. São Paulo: Edusc, 2012a.

_____. **Jamais fomos modernos**: por uma antropologia estrutural. São Paulo: Editora 34, 2012b.

MALVEZZI, Cilene Despontin; NASCIMENTO, Juliana Luporini do. A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersetorialidade nas políticas públicas. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 24, e190341, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100226&lng=en&nrm=iso. Acesso: 16/08/2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Estudo técnico nº 01/2014**. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional, 2014.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica de desigualdade social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 121-130, Jan. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100018&lng=en&nrm=iso. Acesso: 16/08/2020.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da Alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Tradução Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sílvia Rial, Jaimir Conte. Florianópolis: UFSC, 2014.

SANTOS, Isabel Péres; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Da terra nua ao prato cheio**: produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/Uniara, 2003.

SERAFIM, Milena Pavam; DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão de literatura. **Cadernos Gestão Social**, V.3, n.1, p.121-134, jan/jun 2012.

TAUFIC, Rodrigo. **Expansão urbana e relação campo-cidade**: um estudo a partir do município de Limeira (2003-2013). 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

TRAD, Leny. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências baseadas com o uso da técnica de pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol. 19, n.3, p.777-796, 2009.

*Artigo recebido em 27 de julho de 2020,
aprovado em 21 de outubro de 2020.